

<p>físico, mental, moral, espiritual e social da Criança e Adolescente, em condições de liberdade e dignidade, respeitando o direito a convivência familiar e comunitária.</p> <p>Artigo 3º - Aos necessitados presta-se a assistência social em caráter supletivo.</p> <p>Parágrafo único – É vedada a criação de programa de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente.</p> <p>Artigo 4º - O Município instituirá e manterá o serviço especial de Prevenção e Atendimento Médico e Psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.</p> <p>Artigo 5º - O Município propiciará a proteção jurídica-social aos necessitados, através de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>Artigo 6º - A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento dos Conselhos Tutelares, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica.</p> <p>§ 1º – A lei orçamentária municipal, a que se refere o “caput” deste artigo deverá, em programas de trabalho específicos, prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive:</p> <p>a) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;</p> <p>b) custeio e manutenção com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax e material de consumo;</p> <p>c) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;</p> <p>d) custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições;</p> <p>e) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e</p> <p>f) segurança da sede e de todo o seu patrimônio.</p> <p>§ 2º – O Conselho Tutelar deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, cuja localização será amplamente divulgado, e dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento, bem como de um veículo para ser utilizado nas diligências relativas às atribuições do Conselho.</p> <p>Artigo 7º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento dos Serviços criados nos Artigos 4º e 5º.</p> <p>TITULO II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO</p> <p>CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</p> <p>Artigo 8º - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através das seguintes estruturas:</p> <p>I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;</p> <p>II – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;</p> <p>III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>CAPITULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</p> <p>SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO</p> <p>Artigo 9º - Fica criado o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, como órgão consultivo, normativo, deliberativo e controlador das ações a nível municipal.</p> <p>SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO</p> <p>Artigo 10 - Compete ao conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:</p> <p>I – Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridade para a consecução das ações, a capitação e aplicação dos recursos;</p> <p>II- Zelar pela execução dessa política atendidas as peculiaridades da criança e do adolescente, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças e dos bairros ou da zona urbana ou rural em qual se localize;</p> <p>III – Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do município em tudo o que se refira ou posso afetar as condições devida da criança e do adolescente;</p> <p>IV – Estabelecer critérios formula e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município que possa afetar as suas deliberações;</p> <p>V – Exigir e proceder ao registro das entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:</p> <p>– orientação e apoio sócio familiar;</p> <p>– apoio sócio educativo em meio aberto;</p> <p>– colocação familiar;</p> <p>– acolhimento institucional;</p> <p>– liberdade assistida;</p> <p>– semiliberdade;</p> <p>– internação.</p> <p>VI – Exigir e proceder ao registro dos programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes no mesmo estatuto;</p> <p>VII – Regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei nº 8.069/90, com as alterações inseridas pela Lei 12.696/2012, e da Resolução nº 139/2010 da Conanda.</p> <p>VIII – Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;</p> <p>IX – Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do município no que diz respeito aos recursos e política a serem orçadas e previstas para o setor, indicando a Secretaria de Assistência Social as modificações necessárias à consecução de política formulada;</p> <p>X – Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos municipais destinados a Assistência Social especialmente para o atendimento da criança e do adolescente;</p> <p>XI – Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses da criança e adolescente;</p> <p>XII – Deliberar sobre a convivência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os artigos 4º, 5º e 6º, desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;</p>	<p>XIII – Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento sobre a fórmula de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;</p> <p>XIV – Incentivar a apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da infância e juventude;</p> <p>XV – Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, ou organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;</p> <p>XVI – Pronunciar –se emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que dizem respeito à promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente;</p> <p>XVII – Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento interno o cadastro de entidades da defesa ou de atendimento aos diretos da criança e do adolescente, e que pretendam integrar o conselho;</p> <p>XVIII – Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos da criança e adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;</p> <p>XIX – Gerir seu respectivo fundo, aprovando planos de aplicação;</p> <p>XX – Avocar, quando necessário, o controle das ações de execução da política municipal de atendimento as crianças e adolescentes.</p> <p>SEÇÃO III DOS MEMBROS DO CONSELHO</p> <p>Artigo 11 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 08 (oito) membros, sendo:</p> <p>I – 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;</p> <p>II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;</p> <p>IV – 01 (um) representante da Assessoria Jurídica;</p> <p>V – 04 (quatro) representantes de entidades da sociedade civil organizada diretamente ligada à defesa ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente;</p> <p>§ 1º - O número de integrantes do Conselho Municipal poderá ser aumentado ou diminuído mantida a paridade mediante proposta do presidente ou de 1/3 dos membros referidos neste artigo, aprovada por 2/3 dos membros do conselho municipal.</p> <p>§ 2º - Haverá 01 (um) suplente para cada membro titular.</p> <p>§ 3º - Os integrantes do Conselho Municipal e seus suplentes serão designados pelos órgãos e entidades que representem e homologados por ato do poder executivo municipal.</p> <p>§ 4º - Os conselheiros de entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de dois (02) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por deliberação de 2/3 (dois terço) dos componentes do conselho.</p> <p>§ 5º - Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos.</p> <p>§ 6º - O mandato dos membros do conselho municipal será extinto antes do término, nos seguintes casos:</p> <p>I – Morte;</p> <p>II – Renúncia;</p> <p>III – Ausência injustificada por 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas;</p> <p>IV – Doença que exija o licenciamento por um período de 6 (seis) meses, ou mais;</p> <p>V – Procedimento incompatível com a dignidade das funções;</p> <p>VI – Decretação judicial da prática de ato de impropriedade administrativa;</p> <p>VII – Condenação por crime comum doloso ou de responsabilidade, exceto os delitos apenados com multas em que esta seja paga no prazo legal, desde quer a vítima não seja criança ou adolescente;</p> <p>VIII – Mudança de residência do município.</p> <p>§ 7º - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos municipais, cuja participação no conselho não poderá exceder a 04 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo prefeito municipal, que poderá destitui-los a qualquer tempo;</p> <p>§ 8º - O Presidente, Vice- Presidente serão eleitos em sessão de quórum mínimo de 2/3 (dois terços) pelos próprios integrantes do Conselho.</p> <p>§ 9º - A Secretaria de Assistência Social, responsável pela execução da Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente, ficará encarregada de fornecer apoio técnico, material administrativo para funcionamento do colegiado.</p> <p>Artigo 12 - As demais materiais pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente disciplinadas por seu Regimento Interno.</p> <p>Artigo 13 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser reformulado de acordo com a presente lei em 30 (trinta) dias, incumbindo à Secretaria de Assistência Social, responsável pela execução da Política Municipal de atendimento à infância e juventude, adotar as providências necessárias para tanto.</p> <p>Artigo 14 - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.</p> <p>CAPITULO II DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</p> <p>SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO</p> <p>Artigo 15 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos, devendo ser administrada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado, sendo as verbas utilizadas segundo deliberação deste.</p> <p>SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO FUNDO</p> <p>Artigo 16 - Compete ao fundo Municipal:</p> <p>I – Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefícios das crianças e adolescentes pelo, Estado ou pela União;</p> <p>II – Registrar os recursos capitados pelo Município, através de convênios, por doações ao fundo;</p> <p>III – Manter controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito do Município;</p> <p>IV – Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;</p> <p>V – Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as resoluções do Conselho;</p> <p>Artigo 17 - Os recursos do fundo destinam-se prioritariamente as ações de atendimento a criança e ao adolescente, bem como aquela que venham indiretamente beneficiá-los de acordo com o plano de aplicação elaborado pelo Conselho e que compreendem:</p> <p>I – Programas de proteção especial;</p> <p>II – Políticas sociais básicas;</p>	<p>III – Programas de capacitação de membros do Conselho Municipal e Tutelar, dirigentes, monitores de entidades e outras lideranças envolvidas na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;</p> <p>IV – Projetos de pesquisas, levantamento, estatísticos e estudos na área da infância.</p> <p>Artigo 18 - O fundo será regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo do Município.</p> <p>SEÇÃO III DOS RECURSOS DO FUNDO</p> <p>Artigo 19 - As fontes de recursos financeiros do Fundo são:</p> <p>I – dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos do município para Assistência Social voltadas a criança e ao adolescente;</p> <p>II – doações decorrentes do imposto de renda;</p> <p>III – multas estabelecidas com penalidades aos violadores dos direitos da criança e do adolescente;</p> <p>IV – contribuições de organismos governamentais internacionais;</p> <p>V – contribuições de organismo não governamentais internacionais;</p> <p>VI – auxílio, doações e legados diversos;</p> <p>VII – contribuições resultantes de campanhas de arrecadação de fundos;</p> <p>VIII – transferência de recursos proveniente dos Conselhos Nacional e Estadual dos direitos da criança e do adolescente;</p> <p>IX – receita de aplicação no mercado financeiro;</p> <p>X – outros recursos que lhe forem destinados.</p> <p>Artigo 20 - São atribuições do Conselho Municipal em relação ao Fundo Municipal:</p> <p>I – elaboração de plano de aplicação dos recursos do fundo;</p> <p>II – estabelecimento de parâmetros técnicos e diretrizes para aplicação dos recursos;</p> <p>III – acompanhamento e avaliação da execução, desempenho e resultados financeiros do fundo;</p> <p>IV – avaliação e aprovação dos balancetes mensais e anuais do fundo;</p> <p>V – requisição da administração pública Municipal de quaisquer documentos e informações necessárias ao controle e avaliação das atividades desenvolvidas com recursos do fundo;</p> <p>VI – fiscalização dos programas desenvolvidos com recursos do fundo;</p> <p>VII – deliberação exclusiva a respeito da aplicação de recursos do fundo;</p> <p>CAPITULO IV DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</p> <p>SEÇÃO I DA CRIANÇA E NATUREZA DO CONSELHO</p> <p>Artigo 21 - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo, a ser instalado nos termos das Resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>SEÇÃO II DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO</p> <p>Artigo 22 - O Conselho Tutelar é órgão integrante da administração pública municipal, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para o mandato de 4(quatro) anos, permitida 1(uma) recondução, mediante novo processo de escolha.</p> <p>Artigo 23 - Para cada Conselheiro haverá 1 (um) suplente.</p> <p>Artigo 24 - Cabe ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as seguintes atribuições, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:</p> <p>I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no Artigo 101, inciso I a VII;</p> <p>II – atender a aconselhar os pais ou responsáveis aplicando medidas previstas no Artigo 129, incisos I a VII;</p> <p>III- promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:</p> <p>a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;</p> <p>b) representar junto à autoridade jurídica, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.</p> <p>IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitui infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente;</p> <p>V – encaminhar à autoridade jurídica os casos de sua competência;</p> <p>VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade jurídica, dentre as previstas no Artigo 101, incisos I a VII, para o adolescente autor de ato infracional;</p> <p>VII – expedir notificações;</p> <p>VIII- requisitar certidões de nascimento e óbito de criança ou adolescente quando necessário;</p> <p>IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;</p> <p>X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos diretos previstos no Artigo 320, § 3º, inciso II, da Constituição Federal,</p> <p>XI – representar ao Ministério Público para efeitos das ações e perda ou suspensão do pátrio poder;</p> <p>XII – elaborar seu Regimento Interno.</p> <p>Artigo 25 - A competência do Conselho Tutelar será determinada:</p> <p>I – pelo domicílio dos pais ou responsáveis;</p> <p>II – pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável;</p> <p>§ 1º - Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar de ação ou omissão observada às regras de conexão, continência e prevenção.</p> <p>§ 2º - A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abriga a criança ou adolescente.</p> <p>SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO</p> <p>Artigo 26 - Exercer as atribuições constantes dos artigos 95 e 136, da Lei Federal nº 8069/90.</p> <p>Parágrafo Único – Incube também ao Conselho Tutelar receber petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento.</p> <p>SEÇÃO IV DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS</p>
--	---	--